



Palabra Clave (La Plata)
ISSN: 1853-9912
palabraclave@fahce.unlp.edu.ar
Universidad Nacional de La Plata
Argentina

Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação

Ávila Araújo, Carlos Alberto

Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação

Palabra Clave (La Plata), vol. 10, núm. 2, 2021

Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350566284003>

DOI: <https://doi.org/10.24215/18539912e116>




Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional.

Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação

New epistemological challenges for information science

Carlos Alberto Ávila Araújo
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
carlosaraujofmg@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0993-1912>

DOI: <https://doi.org/10.24215/18539912e116>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350566284003>

Recepción: 16 Diciembre 2020

Aprobación: 28 Febrero 2021

Publicación: 20 Abril 2021

RESUMO:

Neste texto são discutidos elementos e características da realidade informacional contemporânea, isto é, dos modos de se produzir, fazer circular, organizar, usar e se apropriar da informação, no contexto atual. Inicialmente, realiza-se uma problematização de sete termos e conceitos usados para descrever essa realidade: *fake news*, testemunhal falso, discurso de ódio, negacionismo científico, desinformação, infodemia e pós-verdade. A seguir, busca-se apresentar um enquadramento de tais fenômenos enquanto um objeto de estudo da ciência da informação. Para tanto, tal cenário é caracterizado a partir dos três principais modelos de estudo da ciência da informação: o físico, o cognitivo e o social. Analisa-se a contribuição de cada um deles para o estudo da realidade informacional contemporânea, identificando aspectos como o efeito bolha, os *clickbait*s, o viés de confirmação, o culto do amadorismo e a cultura da pós-verdade. Por fim, apresenta-se a discussão de uma possível virada veritística no campo, de forma a se pensar em elementos não contemplados até aqui pela ciência da informação em sua tarefa e desafio de produzir adequadas compreensões e diagnósticos dos fenômenos atuais. Como conclusão, defende-se que apenas diagnósticos precisos e abrangentes de tais fenômenos permitirá a ciência da informação desenvolver serviços e sistemas capazes de combater seus efeitos nocivos.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia da ciência da informação, Pós-verdade, Desinformação, Virada veritística.

ABSTRACT:

This text discusses elements and characteristics of contemporary informational reality, that is, the ways of producing, circulating, organizing, using and appropriating information, in the current context. Initially, there is a problematization of seven terms and concepts used to describe this reality: fake news, false testimonial, hate speech, scientific denialism, disinformation, infodemia and post-truth. Next, we seek to present a framework for such phenomena as an object of study of information science. For that, this scenario is characterized from the three main models of study of information science: the physical, the cognitive and the social. The contribution of each of them to the study of contemporary informational reality is analyzed, identifying aspects such as the bubble effect, the clickbaits, the confirmation bias, the cult of amateurism and the culture of the post-truth. Finally, the discussion of a possible veritistic turn in the field is presented, in order to think about elements not considered until now by the information science in its task and challenge to produce adequate understandings and diagnoses of the current phenomena. In conclusion, it is argued that only accurate and comprehensive diagnoses of such phenomena will allow information science to develop services and systems capable of combating their harmful effects.

KEYWORDS: Epistemology of information science, Post-Truth, Disinformation, Veritistic turn.

INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Nesta edição de *Palavra clave*, apresentamos um dossiê temático dedicado à epistemologia da ciência da informação. Autores de diferentes países, representando variados lugares em termos de posição teórica e campo de atuação na área de ciência da informação, produziram artigos com abordagens, perspectivas e problematizações bastante distintas.

O campo da epistemologia é fundamental para todas as disciplinas científicas. A partir dele se criam os fundamentos de uma área, se definem seus limites, os fenômenos legítimos a se tornarem objeto de estudo, as formas aceitas de se promover o estudo de tais fenômenos. No caso da ciência da informação, a epistemologia

é ainda mais fundamental, dadas determinadas características da área: sua existência há relativamente pouco tempo; sua constituição por pessoas vindas de várias disciplinas; sua imbricação com campos já existentes, como a biblioteconomia, a arquivologia e a documentação; e o fato de conviverem, nela, perspectivas técnicas/tecnológicas, humanas e sociais.

Além disso, a reflexão epistemológica nunca está efetivamente concluída. Respostas produzidas num contexto logo depois mostram-se limitadas ou superadas diante de mudanças ocorridas tanto no mundo real, no plano da empiria, como também nos resultados da evolução do próprio conhecimento científico. Exatamente por isso, os artigos publicados neste número exploram e tensionam aspectos epistemológicos da ciência da informação a partir de diferentes dimensões: as questões institucionais e relações com outras áreas, o momento atual marcado pela desinformação, os limites e potencialidades da construção do conhecimento científico, a inserção das tecnologias nos fazeres humanos. A partir desse conjunto, evidenciam-se claramente aqueles que são desafios epistemológicos centrais para a ciência da informação, neste momento de entrada na terceira década do século XXI.

O artigo que abre este número é “Dos discursos sobre la integración entre la Ciencia de la Información, la Archivística y la Bibliotecología”, de Radames Linares Columbié e Manuel Alejandro Romero, ambos da Universidad de la Habana, Cuba. Os autores se dedicam a analisar os processos de integração entre os campos da arquivologia, da biblioteconomia e da ciência da informação, com atenção às dimensões institucionais, profissionais e epistemológicas envolvidas no desenvolvimento disciplinar de cada uma delas. Como método analítico, exploram as argumentações sobre o assunto sustentadas por dois autores contemporâneos, Armando Malheiro da Silva e Miguel Rendón Rojas.

O segundo artigo é “Tiempo y memoria en el proceso de conocimiento de las ciencias de la información”, de Héctor Guillermo Alfaro López, da Universidad Nacional Autónoma de México. Ao articular contribuições distintas de pensadores como Norbert Elias, Gaston Bachelard e Bruno Latour, o autor desenvolve e tensiona os conceitos de tempo e memória, evidenciando suas potencialidades para orientarem social e culturalmente o campo da ciência da informação.

O artigo seguinte é “Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação”, de Carlos Alberto Ávila Araújo, da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Neste trabalho, o autor caracteriza a realidade informacional contemporânea a partir de sete conceitos (entre os quais *fake news*, desinformação e pós-verdade) para, a seguir, configurá-los como objeto de estudo da ciência da informação, em suas dimensões física, cognitiva e social.

O quarto artigo é “Natureza e naturalização da tecnologia: panorama informacional na sociedade pós-medial”, de Giulia Crippa, da Università di Bologna, Itália. A partir de pressupostos dos estudos culturais e da sociologia do imaginário, a autora problematiza a presença das tecnologias da informação e da comunicação na sociedade ao longo de diferentes períodos, até chegar ao atual paradigma pós-medial, em que há uma naturalização dessas tecnologias no plano social, econômico e político, com diversas consequências nas relações que as pessoas estabelecem com os conteúdos informacionais.

Na sequência está o artigo “A concepção de epistemologia da organização do conhecimento”, de Paula Carina de Araújo, da Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil; José Augusto Chaves Guimarães, da Universidade Estadual Paulista, Brasil; e Joseph Tennis, da University of Washington, Estados Unidos. Trata-se de um estudo conduzido pela perspectiva metateórica de George Ritzer que teve como objeto empírico artigos publicados no periódico *Knowledge organization*. Entre as análises realizadas, destaca-se o estudo das posições epistêmicas que influenciam o campo da organização do conhecimento, sendo a principal delas o pragmatismo, seguido da perspectiva crítica e do historicismo.

O artigo seguinte é “Una epistemología dialéctica para el análisis de la ciencia”, de Miguel Ángel Rendón Rojas, da Universidad Nacional Autónoma de México. O autor se propõe a encontrar uma epistemologia que permita fundamentar o conhecimento científico e apresenta como resultado dessa busca o realismo dialético hermenêutico. O objetivo é contribuir para as discussões sobre teorias novas e antigas, inter

e transdisciplinaridade, o papel dos sujeitos e da sociedade, todas fundamentais para a construção do conhecimento na ciência da informação.

Fecha este número o artigo “Uma epistemologia genética dos ecossistemas de desinformação? Problema interdisciplinar / resposta transdisciplinar”, de Claudio Paixão Anastácio de Paula, da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. O autor apresenta o conceito de ecologia da informação como adequado para se pensar no momento contemporâneo, sugerindo desse movimento uma ecologia da desinformação. Ele articula contribuições de Jean Piaget e Gilbert Durand com as teorizações da escola esquematista da ciência da informação tanto para uma adequada compreensão dessa ecologia como para o desenho de alternativas para a superação de suas condições adversas.

Desejamos a todos uma boa leitura.

1. INTRODUÇÃO

A ciência da informação nasceu na década de 1960 voltada, como expresso na clássica definição de Borko (1968), para o estudo do comportamento da informação e das forças que regem o seu fluxo. O contexto do pós-guerra dava o tom do que se exigia da nova área: garantir fundamentos científicos para a construção de sistemas, serviços e estruturas de informação científica e tecnológica para garantir sua transferência entre cientistas, destes com os setores produtivos e com a sociedade, de maneira mais rápida, mais exata e com menos custos (Saracevic, 1999). Passaram-se seis décadas, diversas tecnologias foram criadas, novos serviços e sistemas de organizar e disponibilizar a informação. A questão de garantir o acesso à informação deixou de ter uma importância central para a área. Hoje, há muito acesso à informação, de maneira instantânea e ubíqua – embora parte da humanidade ainda não tenha as condições para esse acesso e permaneçam algumas barreiras como, por exemplo, periódicos científicos que cobram pelo acesso à informação.

O amplo acesso que temos atualmente à informação, na segunda década do século XXI, ao contrário das previsões das décadas de 1960 e 1970, não resultou em sociedades mais sábias, mais racionais, mais tolerantes. Diferentes pesquisas têm apontado crescimento de regimes e governos autoritários, práticas xenófobas e racistas, maior individualismo, aumento do fundamentalismo religioso, além da proliferação de teorias conspiratórias e negacionismo científico e histórico. Junto a tudo isso, como causa e também como consequência, tem se verificado o aumento exponencial a circulação de informações falsas, sobretudo nas redes sociais, nas quais se verifica também crescente polarização e agressividade. O efeito mais importante dessa dimensão relaciona-se com o fato de que pessoas têm tomado suas decisões (sobre ações de saúde, escolha de governantes, entre outras) a partir de tais informações falsas. Tais questões têm caracterizado uma nova dinâmica de produção, circulação, apropriação e uso da informação, muito distintas daquelas que a humanidade vivia nos anos 1960.

O objetivo deste texto é, justamente, apresentar e discutir essas novas questões informacionais, para se evidenciar quais elementos, no âmbito da ciência da informação, devem ou deveriam ser modificados, acrescidos ou produzidos para se ter a possibilidade de estudo e intervenção nas novas dinâmicas informacionais.

Num primeiro momento, discute-se o próprio quadro conceitual, pois diferentes termos têm sido utilizados para se falar de informação no momento contemporâneo – alguns deles sinônimos, outros complementares. Num segundo momento, busca-se desenhar tais dinâmicas dentro dos quadros conceituais da ciência da informação, a partir de seus três paradigmas. A seguir, apresenta-se uma nova discussão, trazida de maneira complementar para a ciência da informação, na qual se propõe uma possível virada veritística para a área.

2. DIFERENTES CONCEITOS, FENÔMENOS INTER-RELACIONADOS

Os diferentes termos que vêm sendo utilizados para descrever o cenário informacional contemporâneo abarcam aspectos específicos desse cenário, ou se referem a uma dimensão do problema. Vários pesquisadores têm demonstrado que esse cenário é, na verdade, constituído de diferentes aspectos e dimensões, que algumas vezes se sobrepõem e/ou se complementam (O'Connor e Weatherall, 2019; Peters, Rider, Hyvönen e Besley, 2018). Um dos desafios que se colocam nesse momento, para as várias ciências que buscam estudar tais fenômenos (incluída, aí, a ciência da informação), é, justamente, identificar cada um desses aspectos, analisar os termos, conceitos e categorias de análise utilizados para estudá-los, e propor um quadro conceitual geral capaz de inter-relacioná-los.

O primeiro conceito a ser destacado é o de *fake news*. Há uma resistência ao uso desse termo, por parte de jornalistas e estudiosos da comunicação, pelo fato de que, se um conteúdo é falso, então não é notícia – entendendo-se notícia como uma categoria jornalística. O uso abundante do termo acabou, contudo, por consagrá-lo como fundamental para a compreensão da nossa época. Literalmente, as *fake news* significam notícias falsas. O primeiro elemento de sua caracterização é sua falsidade: elas são produzidas com a intenção de mentir, de enganar, de distorcer ou esconder a verdade. O segundo elemento é que elas buscam ser apreendidas como notícias jornalísticas verdadeiras. Ou seja, as *fake news* são parte de uma estratégia que reconhece a legitimidade do discurso jornalístico, das instituições jornalísticas e, em lugar de questionar essa legitimidade, na verdade se aproveitam delas para terem credibilidade. Não só do jornalismo, mas também das universidades, institutos, da ciência – frequentemente as *fake news* apelam para “especialistas”, cientistas, professores, políticos, alguns falsos, outros com fala distorcida (Barbosa, 2019).

Fake news são, assim, mentiras travestidas de jornalismo. Elas podem ter origem em site que copia, na aparência, as características de um site jornalístico; podem ter como nome ou endereço web o mesmo nome de uma instituição já existente, com uma letra trocada; podem ser assinadas por pessoas que se apresentam como jornalistas sem serem, ou por pessoas com o nome quase idêntico ao de jornalistas ou colunistas reconhecidos e respeitados. O texto utiliza a estrutura típica do jornalismo – linguagem, entrevistas, apoio em avaliações de especialistas, imagens, entre outros.

Deve-se destacar aqui o fato de que, obviamente, não se quer dar a entender que os meios de comunicação sempre dizem a verdade. Décadas de estudos científicos têm demonstrado como os veículos jornalísticos são empresas que atendem ou são suscetíveis a determinados interesses de grupos econômicos, políticos, militares, religiosos, etc. (Pellicer Alapont, 2017). Contudo, sempre foram instituições com sede, registro, funcionários contratados e, para a construção de sua credibilidade, nunca puderam inventar fatos completamente falsos, sob pena de serem responsabilizados e desacreditados. Distorções de fatos, enquadramentos favoráveis a um grupo ou desfavoráveis a outro, silêncio sobre fatos desabonadores de seus financiadores, escutar apenas um lado da questão, mistura de opinião em conteúdo informativo são algumas das várias estratégias para moldar ou distorcer a realidade conforme determinados interesses. A novidade trazida pelas *fake news* é a construção de um relato completamente falso, de uma notícia de um fato que nunca aconteceu, e sua apresentação nos moldes do discurso jornalísticos. A força das *fake news* reside na incapacidade (ou desinteresse, como será apontado a seguir) das pessoas em diferenciar um tipo de outro, atribuindo o mesmo grau de confiabilidade a conteúdos distintos apenas pela aparência do conteúdo informacional.

O segundo conceito é o de testemunhal falso. No espanhol, se tem usado a expressão “cunhadismo” (Argemí, 2019) e, com algumas diferenças, no inglês o termo “*bullshit*” (Frankfurt, 2019). Trata-se da velha fofoca, ou rumor, mas com uma sofisticação proporcionada pelos aparatos tecnológicos (filmagens e voz) que, ao contrário das *fake news*, se constrói na oposição às instituições, na crença de que universidades, escolas, cientistas, veículos jornalísticos, organizações internacionais são todos manipuladores, doutrinadores, agentes conspiratórios, e que, portanto, não merecem credibilidade. Os testemunhais são produzidos por pessoas que se apresentam como pessoas “comuns”, que usam linguagem coloquial, erros

gramaticais, filmagens amadoras, e que defendem essas características como uma virtude – o fato de serem simples, cotidianas, “assim como a pessoa que assiste” se torna o critério de legitimidade, de credibilidade, em oposição às forças manipuladoras das instituições do chamado “sistema”. A força do relato, o grau de emoção do autor ou apresentador, e a importância dos fatos apresentados (normalmente secretos, porque estão sendo escondidos justamente pelas instituições) agregam força narrativa a essa modalidade informativa. Alguns fatos estão diretamente relacionados com a emergência dessa modalidade, como a chamada cultura do amadorismo (Keen, 2008), a falsa equivalência (McIntyre, 2018) e a desintermediação da informação (Santaella, 2019).

O terceiro conceito é o de discurso do ódio. Diferente dos dois primeiros, ele não busca ser factual, ele não tem a intenção de apresentar um fato do mundo. Antes, ele diz de intenções, desejos, necessidades e medos de determinado sujeito ou grupo de sujeitos – por exemplo, de que imigrantes voltem para os países deles, de que o feminismo desapareça e tudo volte a ser como antes, de que determinado grupo político seja exterminado (Fukuyama, 2019; Greifeneder, Jaffé, Newman e Schwarz, 2021). Sua intenção, e nisso ele é complementar aos dois primeiros, é mobilizar as pessoas para agirem com a emoção e não com a razão. Mais especificamente, com determinadas emoções (medo, ressentimento, ódio) de forma a proporcionar reações de agressividade, sobretudo em relação à discordância. O outro deixa de ser visto como adversário, portador de ideias ou pontos de vista distintos, e se torna um inimigo a ser eliminado, e todo o objetivo dos espaços informacionais passa a ser vencer o outro. Nesta modalidade, os fatos mencionados podem ser verdadeiros ou não, a intenção é colocar as pessoas em estado de guerra – mas é justamente essa condição emocional que predispõe as pessoas a deixarem de lado a busca da verdade em prol do objetivo mais urgente de vencer a discussão a qualquer preço.

O quarto conceito é o de negacionismo científico. Muitos estudos mostram que questionamentos à ciência existem há muito tempo, provenientes tanto do senso comum, das autoridades constituídas nas práticas tradicionais, como também de líderes religiosos. Mas o negacionismo como uma estratégia articulada tem, segundo historiadores, uma origem bem precisa: a metade do século XX, quando a ciência descobriu os vínculos entre o ato de fumar e o câncer (McIntyre, 2018; Wilber, 2018). Uma vez estabelecida a verdade científica, a poderosa indústria do tabaco precisava garantir a sobrevivência de seu negócio. Grupos industriais do tabaco criaram uma fundação, começaram a financiar cientistas para dizerem que não era totalmente certo que o fumo causava câncer (porque, claro, não poderiam provar o contrário) e a disseminar a ideia de que qualquer debate sobre o tema, em universidades, escolas ou na mídia, deveria apresentar os dois “lados” da questão, isto é, o dos que têm certeza de que causa câncer, e dos que dizem que talvez cause. Isso foi conduzindo à ideia de que havia dois lados da questão e, para o público leigo, consolidava-se a ideia de que havia os cientistas que diziam que causa câncer e os que diziam que não. Isso foi suficiente para semear a dúvida e garantir a continuidade dos negócios. Nas décadas seguintes, estratégias semelhantes foram criadas por grupos empresariais, industriais e políticos para promover ideias como, por exemplo, a de que o aquecimento global não existe, de que vacinas causam doenças e, até mesmo, de que a Terra é plana.

O cerne da questão do negacionismo científico, também chamado *fake science*, é que toda vez que a ciência descobre uma verdade que desagrade determinado grupo (país, empresa, religião, etc.), esse grupo mobiliza esforços para desacreditar a ciência e, inclusive, se fortalece com a confluência de outros movimentos negacionistas.

Paralelamente ao negacionismo científico, verifica-se também o negacionismo histórico. A negação da existência do holocausto é, certamente, o mais conhecido exemplo, mas há outros igualmente graves como a negação de torturas em regimes ditatoriais, ou de que não existiu corrupção em ditaduras, ou de que regimes que suprimem as liberdades individuais e implementam a política de tortura e morte de opositores políticos não foram ditaduras, entre muitos outros. Ambos, o negacionismo científico e o negacionismo histórico, beneficiam-se do fenômeno dos *clickbait*s, os caçadores de cliques (Aparici e García-Marín, 2019). São grupos ou pessoas que percebem o potencial de visibilidade da produção de conteúdo negacionista e o fazem justamente para obterem visualizações e, com isso, recursos econômicos. Há muitas décadas, estudos

sobre o sensacionalismo já evidenciam a grande popularidade que conteúdos enganosos podem alcançar, mas nos tempos atuais essa dimensão se soma ao alto grau de sofisticação no uso desse recurso e seu vínculo com interesses políticos, econômicos ou religiosos.

O quinto conceito é o de desinformação e, na verdade, ele tem sido utilizado contemporaneamente com duas acepções (Consentino, 2020). Uma delas se refere às sofisticadas técnicas de produção de mentiras, portanto à dimensão estratégica e intencional de produção da falsidade. Trata-se de identificar os grupos que produzem e disseminam as *fake news*, os testemunhais, o discurso do ódio, que selecionam os melhores canais para cada um deles, articulam a complementaridade dos discursos em cada modalidade, identificam os opositores a serem neutralizados.

Nesse sentido, uma das estratégias mais bem-sucedidas foi o sequestro das ideias pós-modernas sobre a verdade. O movimento pós-modernista desenvolveu-se ao longo do século XX como um movimento artístico, cultural e também filosófico. Entre suas características está o questionamento da ideia de existência de uma verdade absoluta, única, ou seja, não existiria uma resposta absolutamente correta sobre o que cada elemento da realidade significa. A denúncia de que qualquer declaração de verdade seria um ato autoritário, porque sempre ideológica, acabou sendo uma crítica sequestrada por movimentos políticos para dizer que tudo seria ideológico e, portanto, não haveria “verdade”, apenas “fatos alternativos” – expressão utilizada pelo presidente dos Estados Unidos Donald Trump em diversas ocasiões em que mentiu e foi confrontado por jornalistas, cientistas ou membros de judiciário com as evidências dos fatos verdadeiros (Kakutani, 2019).

O outro uso da expressão desinformação diz respeito aos efeitos dessas ações, isto é, ao estado de caos, de confusão, de dúvida, gerado em amplas parcelas da população que justamente necessitam e/ou buscam informação para definir suas opiniões e tomar suas decisões. Nesse segundo sentido, desinformação se aproxima bastante do próximo conceito a ser apresentado, o de infodemia.

Infodemia, de todos os conceitos apresentados aqui, é o que ainda está menos desenvolvido (Naeem e Bhatti, 2020). A associação dos termos “informação” e “pandemia” é, pois, uma caracterização patológica da dimensão informacional: a gigantesca abrangência e velocidade de disseminação de informações falsas tem produzido um quadro em que as informações falsas estão mais presentes na vida das pessoas do que as verdadeiras e de qualidade, e acabam tendo muito mais influência na tomada de decisões e na definição das linhas de ação. Assim se constitui uma natureza “pandêmica” dos fenômenos informacionais, tomados desde a perspectiva de seus efeitos adversos ou disfunções.

Por fim, o sétimo conceito é o conceito de pós-verdade. Muitas pessoas criticam seu uso, identificando que ele seria na verdade um modismo ou mero sinônimo de mentira com uma embalagem diferente (Fuller, 2018; McIntyre, 2018; Santaella, 2019). Mas os pesquisadores que o propuseram como conceito científico alertam que ele designa, sim, uma questão inédita na história. A pós-verdade é um fenômeno que se produz na confluência de três condições. A primeira delas é a ampla disseminação de informações falsas (complemente falsas, e não apenas distorções como na era dos meios de comunicação de massa) com suporte tecnológico que permite alcances inimagináveis na era da fofoca e dos rumores. A segunda é a possibilidade de checagem nos dias atuais, em que muitas pessoas podem, em poucos segundos e com aparelhos de uso cotidiano como o smartphone ou o notebook, checar a veracidade das informações recebidas por elas em qualquer meio. A terceira é o fato de as pessoas não fazerem isso, isto é, não checarem, não verificarem se uma informação é verdadeira ou falsa, antes de a repassarem e dela se apropriarem. É esse desinteresse, esse desdém pela verdade, que marca aquilo que vem sendo identificado como uma “cultura da pós-verdade” (Wilber, 2018) ou um “regime de pós-verdade” (Broncano, 2019). A expressão cultura designa justamente um conjunto de valores, de naturalizações, de estímulos a um determinado comportamento – no caso, o desprezo pela verdade, a valorização daquilo que confirma ideias preconcebidas, a seleção apenas daquilo que é confortável. A pós-verdade caracteriza um imaginário contemporâneo no qual a desconsideração da verdade é naturalizada, estimulada, exaltada, como um valor ou uma virtude.

3. A CONSTRUÇÃO DO FENÔMENO INFORMACIONAL

Existe um razoável consenso na área de ciência da informação de que, ao longo de sua história, a área apresentou três grandes modelos de estudo da informação ou, como denominam alguns, três paradigmas (Bawden & Robinson, 2012; Capurro, 2003; Saracevic, 1999; Linares Columbié, 2005): um modelo físico, um modelo cognitivo e um modelo sociocultural. Desenhar o cenário informacional contemporâneo, abarcado pelos diferentes conceitos apresentados no tópico anterior, como um objeto de estudo da ciência da informação envolveria, entre outras possibilidades, o exercício de identificar suas dimensões técnicas ou físicas, suas dimensões semânticas ou cognitivas e suas dimensões socioculturais ou pragmáticas.

O primeiro destes modelos está ligado ao próprio nascimento da ciência da informação, na Inglaterra e nos Estados Unidos, no período imediatamente posterior à II Guerra Mundial, vinculada com a importância que a informação possuía, neste contexto, para o desenvolvimento científico e tecnológico no período da guerra fria. Nesse sentido, “informação” era entendida em um sentido bastante específico, enquanto informação científica e tecnológica, e seu estudo se dava dentro de uma lógica essencialmente governamental e militar, isto é, os objetivos com o estudo da informação eram, antes mesmo de serem propriamente científicos, pragmáticos, relacionados a um contexto de competição entre países pela hegemonia no cenário internacional. Estudar a informação era compreender e mapear a produção, circulação e uso da informação científica e tecnológica (e apenas desta) para se pensar em instrumentos de seu processamento para garantir maior rapidez, menor custo, maior exatidão em sua transferência dentro da comunidade científica e desta para os setores estratégicos dos ambientes governamental e militar (Coll-Vinent, 1984; Debons, Horne & Cronenweth, 1988). Tratava-se de uma maneira muito específica de conhecer (a partir de um conjunto de interesses) e da delimitação de algo muito específico a ser conhecido - aquilo que era considerado objeto de estudo da ciência da informação.

Desenvolveu-se aí uma ciência do controle da informação, do desenvolvimento de técnicas para seu processamento ótimo num contexto da competitividade entre países por meio do desenvolvimento de seus sistemas de informação científica (Davis & Shaw, 2001). O modelo teórico desta abordagem, conhecido como “paradigma dos sistemas” ou paradigma físico, que pressupõe o estudo dos sistemas de informação isolados da vida social e dos usuários, basicamente a partir de medidas quantitativas de desempenho de recuperação da informação (Bawden & Robinson, 2012).

Nas décadas seguintes, desenvolveu-se na ciência da informação uma segunda maneira de se estudar a informação, a chamada perspectiva cognitivista, centrada nos usuários (Belkin, 1980). Esse movimento representou um deslocamento da mesma lógica de pesquisa dos ambientes governamental e militar para o âmbito do setor industrial e empresarial, com demandas de eficácia de gestão, operação e controle (Debons, Horne & Cronenweth, 1988). A novidade, do ponto de vista conceitual, foi a introdução de uma perspectiva orientada não mais para os sistemas, mas sim para os usuários ou clientes (Hjørland, 2018a). Com isso, deu-se o estudo dos processos cognitivos humanos e sua modelização, com o objetivo de desenvolver sistemas de informação que pudessem replicar tais processos, de modo que o foco dos estudos eram os indivíduos se relacionando com a informação e a manifestação de suas necessidades e os procedimentos para resolução destas necessidades (Bawden & Robinson, 2012; Brookes, 1980; Gilchrist, 2009).

No final do século XX, iniciou-se a construção de terceira grande perspectiva de estudos da informação. Linares Columbié (2005) destaca a novidade deste movimento como sendo uma outra epistemologia da ciência da informação desde o estudo da sociedade e da cultura. Cronin (2008) fala de uma virada sociológica na ciência da informação, em seguimento à virada cognitiva da década de 1980. Hjørland (2018b) menciona as recentes visões orientadas desde uma perspectiva social e cultural. Bawden e Robinson (2012) indicam um paradigma sociocognitivo, inspirado na epistemologia social de Shera e na análise de domínio de Hjørland, que busca analisar um nível de análise mais amplo que o indivíduo (os grupos sociais, comunidades, países) bem como outras problemáticas além da cognição (nível apenas mentalista dos fenômenos informacionais),

numa tendência a articular os níveis individual e coletivo da informação. Essa terceira abordagem tem expressões em teorias como a dos regimes de informação, análise de domínio, práticas informacionais, folksonomias, altmetria, entre outras, voltadas para o caráter socialmente construído da informação e suas imbricações com as dimensões políticas, econômicas, culturais, jurídicas, tecnológicas e outras das sociedades nas quais os fenômenos informacionais existem e se constituem.

Ao analisar o cenário informacional contemporâneo com tais referentes, é possível identificar, inicialmente, uma dinâmica propriamente física, técnica, do problema. Essa dinâmica diz respeito às tecnologias e à lógica de entrega de informação “personalizada” promovida pelos algoritmos que estruturam os motores de busca e as redes sociais – estas, que acabaram por se tornar o ambiente privilegiado a partir do qual as pessoas recebem notícias e informações do mundo. E elas são construídas a partir de algoritmos que selecionam o que provavelmente as pessoas querem ou o que concorda com o ponto de vista delas, num fenômeno conhecido como “efeito bolha” (Ferrari, 2018; Magallón Rosa, 2019). Em redes sociais como o *WhatsApp*, as mensagens são disparadas em massa diretamente para os aparelhos das pessoas, sem que se possa monitorar ou se contrapor a elas, numa lógica “subterrânea” de disseminação de informação. Com a formação das “bolhas” ou “câmaras de eco”, nas quais os usuários ficam isolados, fechados a novas ideias, assuntos e informações importantes, sobretudo na política, as pessoas acabam se expondo “quase exclusivamente a visões unilaterais dentro do espectro político mais amplo” (Santaella, 2019, p. 15).

Junto a esse fenômeno há, também, a existência de plataformas, aplicativos e serviços que possibilitam a disseminação em massa de notícias falsas. Embora isso não seja um fenômeno exatamente novo, há sim uma dinâmica nova, que é a sua circulação de maneira apócrifa, por meio de repasses feitos por pessoas comuns, verificando-se a ausência de regulações como aquelas que incidem sobre as instituições jornalísticas ou educacionais, numa lógica em que toda informação teria o mesmo peso ou valor, independentemente de sua qualidade, de sua checagem e do compromisso institucional por detrás de sua produção. Tal fenômeno se fortalece, ainda, com a ação dos *clickbaits*, isto é, a divulgação de conteúdo falso ou inserção de títulos sensacionalistas para que os usuários acessem o conteúdo, com o objetivo de gerar tráfego e ter benefícios com publicidade (Aparici & García-Marín, 2019). Nessa dinâmica de gigantesco volume de disseminação de informações falsas, mentiras acabam atuando para moldar a tomada de decisão das pessoas em diferentes esferas (na política, na economia, na educação na saúde, na religião), em velocidade e quantidade nunca vistas.

Tais dinâmicas se complementam com o cenário da informação pervasiva, isto é, a informação enquanto entidade e/ou processo presente em todas as nossas atividades, sejam elas profissionais, empresariais, culturais, educacionais, esportivas, médicas, amorosas, etc., de uma maneira ou em uma escala inédita até então, relacionada a aparelhos ou dispositivos tão diferentes como computadores, telefones celulares, casas, carros ou objetos, tendo relação inclusive com o surgimento da chamada internet das coisas. Ligado a isso está também o fenômeno conhecido como big data, que se relaciona não apenas com a produção, em escala cada vez mais gigantesca, de informação, e do impacto dessa informação na nossa vida, mas também com a própria maneira como a informação é produzida. Esse fenômeno se relaciona com o fato de que, cada vez mais, há conjuntos de dados gerados de maneira não intencional, não programada, pelas pessoas. Agora, há sistemas que estão capturando os passos, os trajetos, os indicadores biométricos, e estão transformando tudo isso em conjuntos de dados que são apropriados e utilizados com diferentes fins, desde a segurança e a comodidade à vigilância e controle político, representando também um desafio para a privacidade dos dados das pessoas.

Merecem destaque ainda a própria velocidade da informação e de necessidade de atualização, quando se medem em minutos ou segundos a defasagem de conhecimento das pessoas sobre determinado fato ou assunto que pode estar ocorrendo num contexto local ou mesmo em países distantes. O grande volume de informação que chega instantaneamente para os sujeitos, em formatos, linguagens e suportes muito diferenciados como textos, imagens, sons, imagens em movimento e outros derivados destes.

Os aspectos levantados acima se relacionam, assim, com a dimensão física ou técnica da informação identificada e estudada no primeiro grande modelo de estudo da ciência da informação. Mas, como apontado

acima, desenvolveu-se na área, depois de algumas décadas, uma perspectiva cognitivista, centrada no tripé dado, informação e conhecimento.

Essa segunda dimensão dos fenômenos informacionais se relaciona com o nível humano ou, mais propriamente, com as dimensões cognitivas humanas frequentemente identificadas nos estudos sobre *fake news*, desinformação e pós-verdade: a existência do chamado viés cognitivo, ou viés de confirmação, ou ainda dissonância cognitiva. Trata-se de uma tendência do ser humano a formar suas crenças e visões de mundo sem se basear na razão e nas evidências, isto é, nos fatos, num esforço para evitar descontentamento psíquico.

McIntyre (2018), discutindo o cenário atual da pós-verdade, aponta três estudos clássicos em psicologia social conduzidos nos Estados Unidos, nas décadas de 1950 e 1960, que demonstraram essa questão. O primeiro deles é a teoria da dissonância cognitiva de Festinger, segundo a qual buscamos harmonia entre nossas crenças e ações. O segundo é a teoria da conformidade social de Asch, que postula que temos tendência a ceder à pressão social por nosso desejo de estar em harmonia com os outros. O terceiro é o estudo do viés de confirmação conduzido por Watson, que identificou nossa tendência a dar mais peso às informações que confirmam nossas crenças pré-existentes. O autor apresenta também estudos recentes sobre a questão, expressos em dois conceitos. O primeiro é o do efeito contraproducente, fenômeno em que a apresentação de uma informação verdadeira para uma pessoa, que entra em conflito com suas crenças em fatos falsos, faz com que a pessoa creia nesses fatos com mais força ainda. O segundo é o efeito Dunning-Kruger, fenômeno no qual nossa falta de capacidade para fazer algo faz com que superestimemos nossas habilidades reais.

A consequência desse fenômeno é que, muitas vezes, pessoas que possuem pouco conhecimento sobre um assunto acreditam serem mais conhecedoras deles do que outras pessoas mais bem preparadas (e que, exatamente por isso, se consideram e se declaram menos aptas a dissertar sobre eles) e isso faz com que tais pessoas tomem decisões erradas motivadas por esse tipo de ignorância ou incompetência, não reconhecida, que lhes diminuem a capacidade de reconhecerem os próprios enganos. Tais elementos do viés cognitivo fazem com que as pessoas sejam propensas a formar suas crenças sem ter em conta a razão e as evidências. Ou seja, a relação das pessoas com a informação não é apenas de apropriação de dados, como formulado na abordagem cognitiva da ciência da informação dos anos 1980, mas também de recusa de dados que confrontem a visão de mundo e aceitação apenas de dados e evidências que confirmem preconceitos e garantam conforto psíquico. Esse fenômeno tem sua importância aumentada no contexto de formação do efeito bolha mencionado acima, na medida em que isolam as pessoas do contraditório, de visões diferentes, numa dinâmica de reforço de visões de mundo e preconceitos.

E há, ainda, uma terceira dimensão do panorama informacional atual, que é cultural (e, portanto, relacionada com o terceiro grande modelo de estudo da ciência da informação). Sua importância é tal que há autores, como apontado no tópico anterior, que se referem a uma “cultura da pós-verdade” (Wilber, 2018) ou a um “regime de pós-verdade” (Broncano, 2019).

Atualmente, as pessoas em geral (exceto, claro, uma parcela da população mundial sem as condições econômicas para isso, como mencionado acima) têm acesso fácil e instantâneo a tecnologias e possibilidades de verificar a veracidade de uma informação, por meio de *smartphones*, *notebooks*, *desktops* ou outros aparelhos. Diferente de outros períodos da história, em que seria difícil ou impossível checar se uma informação, por exemplo, sobre o modo de vida de um país distante era verdadeira ou falsa, atualmente, de casa e em poucos segundos, se pode checar. Mas as pessoas não fazem isso. Aceitam como real, repassam, compartilham e se apropriam de informações sem se preocuparem em verificar. É esse desdém, esse desinteresse pela verdade, num contexto com tanto acesso à informação, que é o fato novo que a ideia de “pós-verdade” como uma cultura busca abarcar.

Pós-verdade designa, nesse sentido, uma condição, um contexto, no qual atitudes de desinteresse e mesmo desprezo pela verdade se naturalizam, se disseminam, se tornam cotidianos, normais, e até mesmo estimulados. Existe um processo de aceitação e replicação de conceitos que normalizam o desdém pela verdade: a pós-verdade “é uma ideia, um imaginário, um conjunto de representações sociais ou sentidos já

incorporados pelas audiências e desde a qual é possível a existência das *fake news* que se referem a essa ideia a afirmando ou ampliando” (Murolo, 2019, p. 68, tradução nossa). Essa dinâmica acaba por conferir força aos *clickbait*s e outros mecanismos de disseminação de informação falsa.

Wilber (2018) estuda esse fenômeno dentro de uma abrangente alteração no quadro de valores das sociedades contemporâneas. Ele parte da eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos e da saída da Grã-Bretanha da União Europeia, dois fenômenos diretamente associados com o triunfo das informações falsas produzidas, disseminadas e consumidas em massa, e que orientaram as decisões das pessoas num determinado momento de votação, e os associa a outros, como a diminuição da valorização da democracia, o aumento do ódio, do racismo, da xenofobia, do mau gosto, entre outros. E com isso enquadra a pós-verdade dentro de um amplo processo de mudança de valores culturais no mundo – e principalmente nas sociedades ocidentais.

O autor analisa os valores e ideias em situação de liderança ou aceitação no mundo num momento (o que denomina “vanguardas”). Ele identifica que, na primeira metade do século XX, o mundo era conduzido, nos diversos movimentos políticos, culturais, intelectuais, por valores associados ao racional, ao operacional, ao consciente, às ideias de mérito, lucro, progresso – isto é, diretamente relacionados com o ideal da modernidade. Em sua análise, ele considera que, após a década de 1960, estariam vigorando ideias associadas a valores pós-modernos tais como a defesa da pluralidade, do relativismo, da autorrealização, da inclusão, do multiculturalismo, dos direitos civis, da sustentabilidade, da defesa das minorias, entre outros. E, seguindo a análise, pontua que estaria ocorrendo, na segunda década do século XXI, uma crise desse projeto, um fracasso das vanguardas progressistas.

Além disso, aponta vários fatores que teriam causado esse fracasso. Entre eles, a relativização da ideia de verdade, a ideia de que existiriam verdades locais, particulares, o que desembocou numa forma de narcisismo generalizado; a incapacidade de assumir a perspectiva do outro, a perda do sentimento de empatia, o ódio contra os pontos de vista minoritários, conduzindo a visões essencialistas, com tendências ao racismo, ao patriarcado, à misoginia; e uma crise de legitimidade das instituições modernas, os direitos humanos, a razão, a ciência, a democracia.

Nessa mesma linha, mas num foco mais específico, Keen (2008) identifica o que chama de “culto do amadorismo”, uma certa celebração de conteúdos amadores que acaba por anular a distinção entre o profissional e o amador, o que leva ao enfraquecimento de jornais, revistas, indústria musical, cinematográfica e jornalística, com consequente desaparecimento de padrões profissionais e filtros editoriais e o enaltecimento do plágio e da pirataria.

Os enquadramentos apresentados até aqui permitem a identificação de várias dimensões das dinâmicas informacionais contemporâneas. A centralidade da questão da “verdade”, contudo, permanece um problema. Como ter serviços e sistemas capazes de identificar e selecionar informação falsa e verdadeira? Quem teria o poder de determinar o grau de veracidade das informações? Como responsabilizar criadores e disseminadores de informação falsa? Como atuar frente a uma cultura de desdém pela verdade?

No próximo tópico, apresenta-se uma discussão surgida no âmbito da ciência da informação que busca apresentar novos elementos teóricos para adequar a área ao efetivo estudo das dinâmicas contemporâneas.

4. UMA PROPOSTA VERITÍSTICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Furner é um investigador que vem, há alguns anos questionando as bases epistemológicas da ciência da informação, desde uma aproximação com a epistemologia social de Shera (Furner, 2002), passando por algumas questões filosóficas mais gerais (Furner, 2010, 2015) e chegando à problematização do conceito de informação nas cinco subáreas (comportamento informacional, recuperação da informação, estudos métricos da informação, organização da informação e ética da informação) da ciência da informação (Furner, 2014).

Em um trabalho mais recente (Furner, 2018), o autor busca um fundamento epistemológico para a organização do conhecimento (*knowledge organization* – KO) a partir de contribuições da epistemologia e da ética – e, mais especificamente, da epistemologia social e da justiça epistêmica. A partir da articulação entre três conceitos (verdade, relevância e justiça), ele propõe uma virada veritística para a área, de maneira que ela possa ser uma organização do conhecimento crítica (*critical knowledge organization* - CKO).

Furner (2018) parte da filosofia, mais especificamente de um ramo dela, a ontologia, que estuda a filosofia do ser, das coisas que existem, de quais tipos de coisas existem, como elas podem ser classificadas. Ele propõe pensar a KO como uma ontologia, substituindo “coisas” por “dados” – a KO seria, assim, uma “filosofia dos dados”. Ela seria composta por elementos de três ramos tradicionais da filosofia: a filosofia da mente, a filosofia da linguagem e a filosofia da crença. Essa última é tomada pelo autor como sinônimo de epistemologia ou de filosofia do conhecimento. Furner identifica, nela, a existência de dois tipos de teorias: as teorias orientadas para a verdade, que podem ser definidas como teorias de crença que distinguem entre crenças verdadeiras e falsas; e as teorias orientadas para a relevância, que podem ser definidas como teorias de crença que distinguem entre crenças relevantes e não relevantes. Com base nisso, ele detecta a existência de uma desconexão histórica entre a epistemologia como subcampo da filosofia e a BCI: na primeira, a teorização sobre a crença é orientada para a verdade; na segunda, ela é orientada para a relevância – a relevância se tornou o principal critério para determinar a recuperação da informação.

Ainda no campo da epistemologia, Furner propõe que a epistemologia pode ser dividida em tipos, conforme três critérios. O primeiro critério é que distingue a epistemologia pura (composta por teorias descritivas da natureza dos conceitos e das práticas epistêmicas) e a epistemologia aplicada (composta por teorias normativas, que buscam orientar as práticas mais propícias para se obter proposições verdadeiras ou relevantes). O segundo critério tem a ver com a metodologia, podendo-se identificar uma epistemologia racionalista ou naturalista, dependendo da prontidão em se admitir diferentes tipos de evidência em apoio às conclusões, por parte do sujeito. Por fim, conforme o fator principal de formação das crenças, a epistemologia pode ser individualista (quando se considera os interesses do sujeito) ou social (quando se escolhe focar na interação social). Combinando esses critérios, Furner propõe a epistemologia social aplicada (o estudo de questões normativas sobre as práticas sociais que são mais propensas a gerar crenças verdadeiras ou relevantes) como marco teórico adequado para sua proposição de uma CKO.

Em continuidade, Furner trata da questão da justiça. Ele apresenta a justiça como um valor (tal como verdade, relevância, beleza, liberdade) relacionado a uma característica que é desejável dos resultados das decisões e ações das pessoas. A justiça se realiza quando as pessoas são tratadas de acordo com seus méritos ou necessidades, sem preconceitos ou discriminação, sem violação de seus direitos humanos, sem limitação de suas liberdades, e sem o exercício de qualquer forma de opressão decorrente de relações de poder assimétricas. Furner identifica diversos tipos de direitos (naturais, humanos, civis, de grupos ou individuais) relacionados com o acesso equitativo a determinados bens ou oportunidades. Em relação ao campo da informação, ele elenca seis tipos de direitos: direito de pensar (de conceituar, categorizar e classificar, acreditar e ter opiniões); direito de se expressar (dar voz aos seus pensamentos na fala, na escrita e em outras formas; direito de acesso (possibilidade de buscar, investigar, encontrar, ouvir e conhecer o pensamento e a expressão dos outros); direito a ser ouvido (publicar e transmitir, alcançar uma audiência sem ser censurado, silenciado, escondido ou ignorado); direito de ser “deixado em paz” (de manter a privacidade); direitos a ter credibilidade (ser tratado com alguém que possui credibilidade).

Ao tratar das teorias da justiça, Furner identifica, primeiramente, o que chama de teorias da justiça social ou distributiva, aquelas focadas nos resultados das ações tomadas para distribuir, segundo critérios justos, quantidades de recursos entre os membros de determinadas populações. Tais teorias têm por objetivo garantir: a redução de divisões, disparidades e desigualdades entre ricos e pobres, ou entre poderosos e impotentes; distribuições mais justas de oportunidades sociais, culturais, econômicas e políticas; a construção e manutenção de comunidades prósperas nas quais os direitos humanos e liberdades sejam respeitados.

Paralelamente, o autor levanta a necessidade de se contemplar as teorias da injustiça ou da opressão, que buscam denunciar processos como os de exploração, marginalização, promoção da impotência, imperialismo cultural e violência. Furner conclui que trabalhar em busca da justiça social envolve a reforma básica de práticas e instituições sociais opressivas e discriminatórias, bem como a redistribuição de recursos. Entre tais práticas e instituições, ele localiza aquelas envolvidas com a produção e o consumo de conhecimento – entre as quais estão as bibliotecas, os serviços de informação, os sistemas de organização do conhecimento (*knowledge organization systems* - KOSs), assim como os sistemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalhos de assunto e os tesouros.

Dando sequência à sua argumentação, Furner introduz a teoria da justiça epistêmica, desenvolvida por Fricker (2017) e que se foca na equidade como são tratadas as pessoas em sua capacidade de conhecerem e de terem crenças. Furner menciona a distinção feita por Fricker entre os tipos de injustiça epistêmica: a distributiva (que ocorre sempre que os recursos epistêmicos, como a educação ou a informação, são distribuídos injustamente); a discriminatória (que ocorre sempre que as falhas são atribuídas a um indivíduo ou grupo); a testemunhal (quando se atribui preconceito ou déficit de autoridade a um sujeito produtor de um discurso); a hermenêutica (quando sujeitos são hermenêuticamente marginalizados, isto é, pertencem a grupos sem acesso à participação igualitária na geração de significados sociais). Na avaliação de Furner, a justiça social se tornou um objetivo dos profissionais atuantes em bibliotecas e serviços de informação. Contudo, não houve por parte desses profissionais uma apropriação da teoria da justiça epistêmica – embora tenha havido da epistemologia social aplicada.

Com base nas categorias e conceitos apresentados ao longo de sua argumentação, Furner propõe então quatro fundamentos para a construção de uma organização do conhecimento crítica (CKO): ser informada pela epistemologia social aplicada (identificação das condições sob as quais os testemunhos devem ser avaliados como verdadeiros ou relevantes); ser inspirada em valores da justiça epistêmica (não só a justiça social como o fim primário das bibliotecas e serviços de informação, mas também a justiça na disseminação e aquisição de crenças verdadeiras); respeitar os direitos humanos (o direito à justiça testemunhal, a ter credibilidade); e, por fim, privilegiar a verdade em lugar da relevância. É neste último quesito que Furner proclama uma virada veritística para os profissionais da informação. Uma organização do conhecimento orientada para a relevância é aquela que busca avaliar as práticas, as instituições e os produtos de informação com base na satisfação dos desejos e necessidades dos usuários; uma organização do conhecimento orientada para a verdade é avaliada com base na verificação de que as crenças adquiridas pelos usuários são verdadeiras.

Em outro trabalho apresentado como palestra (Hartel, 2017), Furner mais uma vez parte da interseção entre a epistemologia e a ética para propor uma biblioteconomia e ciência da informação (BCI) críticas (*critical library and information science*). Para isso, ele primeiro parte da epistemologia social como possibilidade para a BCI aplicar os valores de verdade e relevância na construção de sistemas de acesso à informação. A seguir, o autor defende a ideia de que a missão da BCI vai além da justiça social, chegando à justiça epistêmica, isto é, o acesso igual para todas as pessoas ao conhecimento humano registrado de todo o mundo. Como terceiro ponto, ele defendeu a oportunidade de uma “virada veritística” na ciência da informação, a partir da qual a verdade iria suplantar a relevância como o principal requisito do fornecimento de informação para os usuários. Em sua proposição final, ele desafiou o apego da área ao conceito de relevância e problematizou a adoção pela área de códigos de ética com reivindicações de neutralidade. Como conclusão, ele defendeu a necessidade de uma virada veritística diante da “era Trump”, marcada pela circulação de notícias falsas e “fatos alternativos” (Hartel, 2017). Esse “gancho” dado pelo autor às questões contemporâneas relacionadas com Donald Trump, presidente dos Estados Unidos eleito em 2016, e a intensa disseminação de informações falsas, foi o que motivou a problematização de sua proposta a partir dos aspectos, características e dimensões do fenômeno da pós-verdade, tal como ela vem sendo estudada por diferentes autores de várias áreas do conhecimento – como visto, por exemplo, no ponto de partida de Wilber para desenvolver a ideia de uma cultura da pós-verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de sua evolução e do desenvolvimento de seus três paradigmas, a ciência da informação dedicou-se ao estudo de diferentes dimensões dos fenômenos informacionais. Num primeiro momento, uma forma de estudo da informação como algo físico, isto é, como fenômeno objetivo, como um sinal em que ela era entendida como algo existente em si mesmo, independente dos sujeitos e dos contextos, como um dado, dotado de propriedades e características passíveis de serem medidos e explicados a partir da formulação de leis. Em tais estudos, informação está vinculada a noções como sinal, emissor, receptor, transporte, transferência, sistema, recuperação, probabilidade, precisão, revocação, mensagem. Num segundo momento, buscou estudar a informação como algo cognitivo, semântico, de natureza subjetiva, em que passou a se considerar a articulação entre os dados, os elementos presentes da realidade independente do sujeito, e o conhecimento, aquilo que os indivíduos sabem ou conhecem, sendo a informação a medida da alteração deste estado de conhecimento, ou, em outros termos, o produto da interação entre os dados e o conhecimento, no âmbito do indivíduo. Em tais estudos, informação vinculou-se aos conceitos de dado, conhecimento, processamento, indivíduo, pessoa, lacuna, preenchimento, modificação, alteração, significado. E, por fim, um terceiro modo de estudo centrado nas dimensões pragmáticas, intersubjetivas, socioculturais são usados para descrevê-la, apontando que informação é algo da ordem não apenas do objetivo ou do subjetivo, mas também do coletivo, de uma construção social. Nesses estudos, informação aparece ligada a termos como documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade, histórico.

Embora todas essas perspectivas forneçam elementos valiosos para o estudo das várias dimensões da informação, em nenhum deles, efetivamente, a questão da verdade ocupa o centro. Talvez apontar a necessidade de uma “virada” veritística seja exagerado, no sentido de um possível quarto paradigma para a ciência da informação. Mas, com certeza, os elementos trazidos por Turner, assim como pelos diferentes autores citados na primeira parte deste texto (sobre o quadro conceitual contemporâneo) apontam para limites da ciência da informação produzida até então.

Não é por acaso que, entre as várias expressões que vêm sido utilizadas para caracterizar o momento contemporâneo, tais como sociedade do desconhecimento (Serrano Oceja, 2019), era do ressentimento (Fukuyama, 2019), mundo Orwell (Gómez de Águeda, 2019), era pós-democrática (Casara, 2019), era do nacional-populismo (Eatwell e Goodwin, 2019) ou o grande retrocesso (Geiselberger, 2017), há forte ênfase sobre a importância das informações falsas. Todas essas teorizações, entre outras, apontam, em alguma medida, para o já mencionado fracasso das promessas de sabedoria e paz feitas nas décadas de 1960 e 1970 em torno da ideia de “sociedade da informação” (Blatt, 2018). Se, como diagnosticado por diferentes autores citados neste texto, vivemos um período de uma infodemia, uma doença causada pela informação, pela circulação de informação falsa, é urgente que a ciência da informação desenvolva as ferramentas adequadas para compreender tal período – para, então, poder propor as intervenções adequadas para o combate de seus efeitos nocivos.

REFERÊNCIAS

- Aparici, R. & García-Marín, M. (Coords). (2019). *La posverdad: una cartografía de los medios, las redes y la política*. Barcelona: Gedisa.
- Argemí, M. (2019). *Los siete hábitos de la gente desinformada*. Barcelona: Conecta.
- Barbosa, M. (Org). (2019). *Pós-verdade e fake news*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Bawden, D. & Robinson, L. (2012). *Introduction to information science*. London: Facet.
- Belkin, N. (1980). Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. *Canadian journal of information science*, 5, 133-143.

- Blatt, R. (2018). *Historia reciente de la verdad*. Madrid: Turner.
- Borko, H. (1968). Information science: what is this? *American documentation*, 19, 3-5.
- Broncano, F. (2019). *Puntos ciegos: ignorancia pública y conocimiento privado*. Madrid: Lengua de Trapo.
- Brookes, B. C. (1980). The foundations of information science: part I: philosophical aspects. *Journal of information science*, 2, 125-133.
- Capurro, R. (2003). Epistemologia e ciência da informação. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* 5, Belo Horizonte, Brasil.
- Casara, R. (2019). *A era pós-democrática*. Porto: Exclamação.
- Coll-Vinent, R. (1984). *Ciencia documental: principios y sistemas*. Barcelona: Mitre.
- Consentino, G. (2020). *Social media and the post-truth world order: the global dynamics of disinformation*. Cham: Palgrave.
- Cronin, B. (2008). The sociological turn in information science. *Journal of information science*, 34(4), 465-475.
- Davis, C. & Shaw, D. (2001). *Introduction to information science and technology*. Medford: Information Today.
- Debons, A.; Horne, E. & Cronenweth, S. (1988). *Information science: an integrated view*. Boston: G. K. Hall.
- Eatwell, R. y Goodwin, M. (2019). *Nacionalpopulismo: por qué está triunfando y de qué forma es un reto para la democracia*. Barcelona: Península.
- Ferrari, P. (2018). *Como sair das bolhas*. São Paulo: Educ; Armazém da Cultura.
- Frankfurt, H. (2019). *On bullshit: sobre a conversa, o embuste e a mentira*. Lisboa: Bookout.
- Fricke, M. (2017). *Injusticia epistémica*. Barcelona: Herder.
- Fukuyama, F. (2019). *Identidad: la demanda de dignidad y las políticas de resentimiento*. Barcelona: Deusto.
- Fuller, S. (2018). *Post-truth: knowledge as a power game*. London: Anthem.
- Furner, J. (2002). Shera's social epistemology recast as psychological bibliology. *Social epistemology*, 16(1), 5-22.
- Furner, J. (2010). Philosophy and information studies. *Annual review of information science and technology*, 44, 161-200.
- Furner, J. (2014). Information without information studies. In F. Ibekwe-Sanjuan & T. Dousa. *Theories of information, communication, and knowledge*. London: Springer.
- Furner, J. (2015). Information science is neither. *Library trends*, 63(3), 362-377.
- Furner, J. (2018). Truth, relevance, and justice: towards a veritistic turn for KO. In F. Ribeiro & M. E. Cerveira. (Ed.). *Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age. Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018* (pp. 468-474). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Geiselberger, H. (Ed.). (2017). *O grande retrocesso*. Lisboa: Objectiva.
- Gilchrist, A. (Ed.). (2009). *Information science in transition*. London: Facet.
- Gómez de Águeda, Á. (2019). *Mundo Orwell: manual de supervivencia para un mundo hiperconectado*. Madrid: Ariel.
- Greifeneder, R., Jaffé, M., Newman, E. & Schwarz, N. (Eds.). (2021). *The psychology of fake news: accepting, sharing, and correcting misinformation*. London: Routledge.
- Hartel, J. (2017). Social epistemology as theoretical foundation for information science: supporting a cultural turn, Copenhagen, August 16-17, 2017. *Knowledge organization*, 45(1), 79-84.
- Hjørland, B. (2018a) Library and information science (LIS), Part I. *Knowledge organization*, 45(3), 232-254.
- Hjørland, B. (2018b). Library and information science (LIS), Part 2. *Knowledge organization*, 45(4), 319-338.
- Kakutani, M. (2019). *La muerte de la verdad: notas sobre la falsedad en la era Trump*. Barcelona: Galáxia Gutenberg.
- Keen, A. (2008). *O culto do amadorismo*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Linares Columbié, R. (2005). *Ciencia de la información: su historia y epistemología*. Santa Fé: Rojas Eberhard.
- Magallón Rosa, R. (2019). *Unfaking news: cómo combatir la desinformación*. Madrid: Pirámide.

- McIntyre, L. (2018). *Posverdad*. Madrid: Cátedra.
- Murolo, L. (2019). La posverdad es mentira. Un aporte conceptual sobre fake news y periodismo. En R. Aparici & M. García-Marín. (Coords). *La posverdad: una cartografía de los medios, las redes y la política* (pp. 65-80). Barcelona: Gedisa.
- Naeem, S. & Bhatti, R. (2020). The Covid-19 'infodemic': a new front for information professionals. *Health information and libraries journal*, 37(3), 233-239.
- O'Connor, C. & Weatherall, J. (2019). *The misinformation age: how false beliefs spread*. New Haven: Yale University Press.
- Pellicer Alapont, M. P. (2017). *La comunicación en la era Trump*. Barcelona: UOC.
- Peters, M.; Rider, S.; Hyvönen, M. & Besley, T. (Eds.) (2018). *Post-truth, fake news, viral modernity & higher education*. Singapore: Springer.
- Santaella, L. (2019). *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri: Estação das Letras e Cores.
- Saracevic, T. (1999). Information science. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(12), 1051-1063.
- Serrano Oceja, J. F. (2019). *La sociedad del desconocimiento: comunicación posmoderna y transformación cultural*. Madrid: Encuentro.
- Wilber, K. (2018). *Trump y la posverdad*. Barcelona: Kairós.